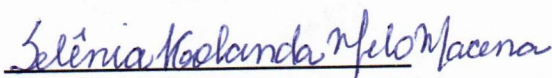


**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
DE MOSSORÓ/RN**

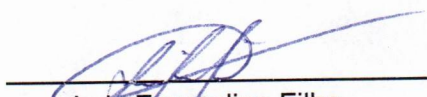
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PREVIDENCIÁRIO DO PREVI-MOSSORÓ

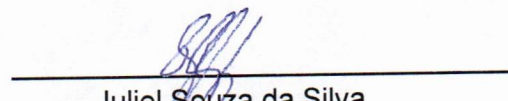
Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, com início às quinze horas, na Sala de Reuniões do Conselho Previdenciário, na Sede do Previ Mossoró, sito à Rua Felipe Camarão, 2114 – Doze Anos, estiveram reunidos os membros do Conselho Previdenciário do PREVI-MOSSORÓ para deliberarem sobre a seguinte pauta: **ITEM 01** - Apresentação das contas de 2023; **ITEM 02** - apresentação das aplicações financeiras; Informação dos Repasses e parcelamentos; **ITEM 03** - Previsões para 2024 e informes de interesse do PREVI. A Reunião teve início às 15:00, com a presença dos seguintes Membros: I. Na Presidência: a) **Evandro Pereira da Silva** - Titular; b) Secretária **Selênia Holanda Melo Macena** - Titular; Demais Membros: c) **Luiz Francelino Filho** – Suplente; d) **Juliel Souza da Silva** – Titular; e) **Rita de Cassia Almeida de Assis** – Suplente; f) **Jerônimo Emiliano Marcolino Apolinário** – Titular; g) **João Fernandes da Costa Filho** - Titular; h) **Genilson Alves de Souza** – Titular; i) **Paulo Afonso Linhares** – Membro Nato. Passando para a ordem do dia. O Presidente do Conselho, Senhor Evandro Pereira Silva, iniciou a reunião agradecendo a participação de todos os Conselheiros e informando sobre a presença na reunião do gestor da PREVI, Senhor Paulo Afonso Linhares como também do representante do legislativo vereador Genilson Alves acompanhado do vereador Ricardo Nogueira como ouvinte e do diretor financeiro, Senhor Cássio Almeida. Logo após, passou a palavra ao Senhor Paulo Linhares que falou sobre os repasses previdenciários estarem em dia, tanto o patronal quanto os parcelamentos, com ressalva sobre o débito da Câmara Municipal que está com dois meses de atrasos, dezembro e janeiro, referentes aos repasses de contribuição patronal, e que devido a esse atraso a Prefeitura Municipal está sem a CND (Certidão Negativa de Débito) e assim a previdência está deixando de receber o acumulado de um milhão e seiscentos mil da compensação do INSS. O vereador Genilson Alves elogiou o comitê de investimentos e sugeriu reunião com a Caixa Econômica para que todo o PL fosse aplicado nessa unidade bancária, porém a PREVI demonstrou que não há interesse nessa proposta. O conselheiro Luiz Francelino informou que a partir desse momento, conforme Lei de publicação 194 de junho de 2023 e Decreto Municipal 6.984 de dezembro de 2023, o servidor da administração pública, direta, autárquica e fundacional poderá receber gratificação por participar de comissão extraordinária ou grupo de trabalho. Assim, os membros da Comissão de Investimento da Previ-Mossoró deverão receber essa gratificação. **ITEM 01** - Em seguida, o Senhor Cássio Almeida, diretor financeiro da Instituição, apresentou o relatório de controle interno sobre contas e as aplicações financeiras de 2023, repassando a contabilidade e extratos bancários de investimentos para averiguação. **ITEM 02** - Dando seguimento, o conselheiro Juliel Sousa fez explanação sobre os fundos de investimentos com as aplicações financeiras referentes ao período de 2023. Mostrando que nos dois primeiros meses, a Previ Mossoró não obteve rentabilidade suficiente em suas aplicações financeiras para atingir a meta atuarial acumulada no período, mas que nos meses seguintes os ajustes realizados nas aplicações financeiras possibilitaram a obtenção de ganhos que permitiram ao instituto bater a meta atuarial em mais de 130% no final do ano. **ITEM 03** - O conselheiro expôs também as expectativas para o ano 2024 usando

dados do último relatório FOCUS do Banco Central que apresenta um IPCA de 3,8% ao final do ano. Explicou que a meta atuarial para 2024 é de 4,95% e que o somatório do IPCA + meta atuarial totaliza 8,75%, sendo esta a rentabilidade mínima que o instituto de previdência deve atingir esse ano. Foi destacado também que a taxa Selic esperada para o final de 2024 é de 9% e como esse é o principal indicador da renda fixa, ele é um bom parâmetro para aferir a rentabilidade dessa categoria de ativos. O conselheiro explicou que quando subtraído o somatório de meta atuarial e IPCA da taxa Selic esperada, o resultado obtido é de 0,25% o que é uma margem muito apertada para conseguir bater a meta atuarial investindo apenas em renda fixa, sendo muito provável que nos próximos meses seja necessário investir em renda variável. Foi destacado pelo conselheiro também, que o comitê de investimentos está atendo a vários aspectos e indicadores econômicos, em especial a alteração da política monetária adotada pelo COPOM, que atualmente mantém os juros em um patamar contracionista, mas que a depender do desempenho do IPCA, poderá adotar uma postura neutra ou expansionista. A conselheira Rita solicitou informações sobre os consignados e Juliel enfatizou que sobre essa questão aguarda-se o retorno da Agenda Consultoria para futura operacionalização. Após as discussões, os membros deliberaram sobre a leitura dos relatórios de receitas e despesas, extrato do mês de dezembro/2023 com o saldo consolidado para que fosse apreciado e aprovado em reunião extraordinária para a semana seguinte. Nada mais havendo a tratar, Eu, Selênia Holanda Melo Macena, lavro a presente ata que será assinada por mim e demais conselheiros presentes à reunião.

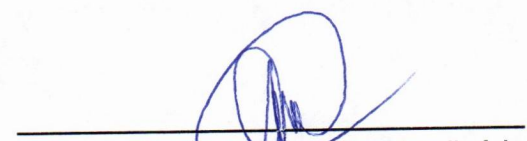

Selênia Holanda Melo Macena


Evandro Pereira da Silva

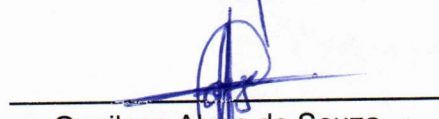

Luiz Francelino Filho

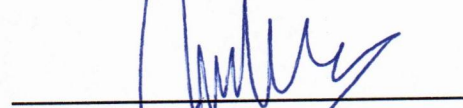

Juliel Souza da Silva


Rita de Cássia Almeida de Assis


Jerônimo Emiliano Marcolino Apolinário


João Fernandes Costa Filho


Genilson Alves de Souza


Paulo Afonso Linhares

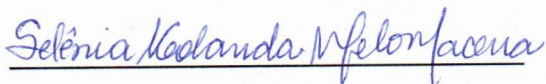


MUNICÍPIO DE MOSSORÓ
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES DE MOSSORÓ/RN
CONSELHO PREVIDENCIÁRIO DA PREVI-MOSSORÓ

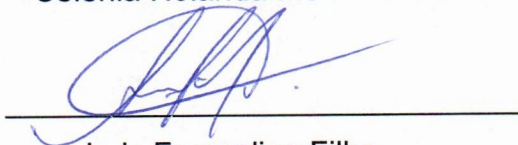
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PREVIDENCIÁRIO DO
PREVI-MOSSORÓ

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, com início às nove horas, na Sala de Reuniões do Conselho Previdenciário, na Sede do Previ Mossoró, estiveram reunidos os membros do Conselho Previdenciário do PREVI-MOSSORÓ para deliberarem sobre a seguinte pauta: 1 - Aprovação das Contas de 2023; 2 - Apresentação do Relatório Mensal das Contribuições de 2024; 3 – Informes. O Presidente do Conselho, Senhor Evandro Pereira Silva, iniciou a reunião agradecendo a participação de todos os conselheiros e informando que nesse período o Conselho Previdenciário está sem representatividade do poder legislativo, devido afastamento dos conselheiros Maria Marleide da Cunha Matias, Genilson Alves de Souza e Tony Magno Fernandes Nascimento, os quais enviaram requerimento de desincompatibilização para concorrerem ao pleito eleitoral 2024. Em seguida, falou sobre a aprovação das contas de 2023 cujos esclarecimentos já haviam sido sanados e também apresentou o relatório mensal das contribuições de 2024 mostrando ao Conselho que desde novembro de 2023 até março de 2024 não houve repasse da contribuição patronal da Câmara Municipal cujo déficit é de 455.832,67. Além disso, também apresentou o PL atual da Instituição cujo resultado é 165.052.286,28. Sobre a dívida do poder legislativo, o conselheiro Luiz indagou a respeito de um parcelamento que havia sido apresentado pelo Presidente da Instituição. Sobre isso, o conselheiro Bonifácio, representante do Presidente Senhor Paulo Linhares, afirmou que foi enviada para a Câmara a minuta para aprovação do parcelamento, no entanto não houve retorno. Para esclarecer melhor a situação, o Senhor Gustavo, do setor financeiro da Previ, foi

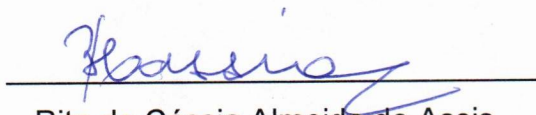
chamado e disse que até o momento o presidente da Câmara não havia enviado a minuta para votação nem homologação. Após as discussões, os membros deliberaram sobre a Aprovação das Contas de 2023 e que deveria solicitar reunião com o Presidente do Poder Legislativo para tratar da dívida da Câmara com a PREVI-Mossoró. Nada mais havendo a tratar, Eu, Selênia Holanda Melo Macena, lavro a presente ata que será assinada por mim e demais conselheiros presentes à reunião.



Selênia Holanda Melo Macena



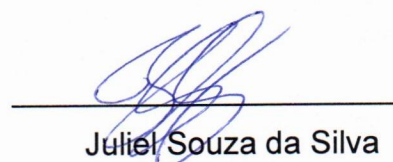
Luiz Francelino Filho



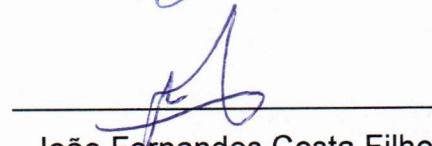
Rita de Cássia Almeida de Assis



Evandro Pereira da Silva



Juliel Souza da Silva



João Fernandes Costa Filho

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE MOSSORÓ/RN

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO PREVIDENCIÁRIO DO PREVI-MOSSORÓ

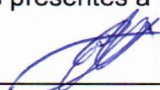
Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, com início às nove horas, na Sala de Reuniões do Conselho Previdenciário, na Sede do Previ Mossoró, sito à Rua Felipe Camarão, 2114 – Doze Anos, estiveram reunidos os membros do Conselho Previdenciário do PREVI-MOSSORÓ para deliberarem sobre a seguinte pauta: **ITEM 01** – Apresentação do novo Presidente e Diretora Financeira do Previ; **ITEM 02** - Informações Gerais; **ITEM 03** - Informar ao Presidente do PREVI a ausência de Representatividade da Casa Legislativa; **ITEM 04** - Avaliação dos Fundos de Investimentos, com o novo Presidente, com vista a preservar ativos investidos, diante do cenário econômico atual; **ITEM 05** - Tratar com o Presidente do PREVI, a viabilidade da Participação dos Conselheiros no 57º Congresso de RPPS, promovido pela ABIPEM; **ITEM 06** – Repasse patronal da Câmara Municipal. Passando para a ordem do dia, o Presidente do Conselho, Senhor Evandro Pereira Silva, iniciou a reunião agradecendo a participação de todos os Conselheiros e informando sobre a nomeação do novo Presidente da Previ Mossoró, o Senhor Rodrigo Salim Forte Cavalcante Melo, o qual se fez presente nessa reunião, como também a Diretora Administrativa e Financeira do Previ, Pâmela Naiade de Alencar Souza, Jéssica Freire Nolasco Filgueira, Diretora de Previdência da Instituição, Isabela, Diretora da Junta Psicossocial, além do Senhor Paulo Linhares, o qual está deixando a função de Presidente da Instituição. O conselheiro Evandro passou a palavra ao Senhor Rodrigo Salim que deu boas-vindas, apresentou-se mostrando que tem conhecimento do RPPS, já que fez parte dessa Instituição em outro período, atuando junto à equipe para a aprovação do Regime Próprio de Previdência. Afastou-se para realizar doutorado em Portugal, esteve atuando na Procuradoria, Consultoria, na Secretaria de Fazenda e também como Secretário de Governo, tem certificação e ministrou curso para que outros membros buscassem se certificarem. Em seguida, falou sobre o compromisso de vida que tem com o Previ Mossoró, mostrou-se grato pela oportunidade de retribuir e contribuir com a Instituição que está em seu momento histórico e com isso quer ajudar, contando com o Conselho para seguir nessa missão, Acredita que haverá confluência de interesses com o objetivo de construírem um melhor caminho, um Patrimônio Líquido robusto e de ainda mais perspectiva. Assim, passou a palavra ao Senhor Paulo Linhares que agradeceu e disse que saiu do cargo por questão política para contribuir com o poder executivo nesse pleito eleitoral do ano corrente, devido sua representatividade partidária. Acrescentou que quando assumiu, o Previ estava necessitando de adequação na legislação e mudanças. Emocionado, falou da contribuição que trouxe ao Instituto, da luta que enfrentará na nova jornada, mas que ajudará nesse momento de transição, que confia na equipe diretora que substituirá e, assim agradeceu a todos. Dando continuidade, os demais presentes apresentaram-se, na ordem: a senhora Jéssica Freire, diretora do Previ, abordou sobre o trabalho realizado na Instituição e os desafios enfrentados; O conselheiro Juliel falou de sua trajetória no Previ, na área de investimentos, suas certificações e o compromisso de continuar contribuindo; Pâmela Naiade, apresentou-se como advogada, especialista em direito tributário, tem experiência na Procuradoria, já passou pelo Previ e volta agora para substituir Cássio, mostrou-se disposta a aprender e contribuir com a Instituição; apresentaram-se também, os conselheiros representantes de categorias de aposentados, Selênia Holanda, de ativos, Luiz Francelino que deseja que o Previ mantenha-se ativo; senhor Evandro, presidente do conselho, representante do executivo, membro da comissão de investimentos falou de sua trajetória desde o início, surpreendeu-se com a mudança para a

presidência da Instituição e que propõe-se a contribuir com o novo presidente; seguiram-se os conselheiros suplentes João, Leonardo e Emiliano que desejou que o Previ garanta a aposentadoria de seus segurados; finalizando com a senhora Isabela Giovanna Félix Pereira, advogada e diretora da Junta Psicossocial. A seguir, o conselheiro Evandro informou ao Presidente do Previ a ausência de representatividade do poder legislativo no Conselho devido o período eleitoral, o conselheiro Juliel sugeriu que o Legislativo deveria indicar um servidor para ocupar o cargo, visto que há vereadores que não se candidatarão nesse pleito. Sobre o repasse patronal da Câmara Municipal, o Senhor Evandro afirmou que o Conselho deliberou para que fosse solicitada uma reunião com o Presidente do Legislativo. O Senhor Rodrigo declarou que nesse sentido deveria haver uma notificação extrajudicial, decidida com o coletivo, de acordo com a atitude do Legislativo, visto que a situação mudou, a dívida aumentou e que o compromisso é de manter a responsabilidade com os servidores para não afetar seus salários, que se aguardaria a entrada do duodécimo para se tomar a decisão, que teriam de pensar na responsabilidade da Instituição, chamar o Legislativo para conversar, já que o Ministério Público e o Tribunal de Contas já haviam sido informados da situação, que o objetivo, sem intransigência, é ser flexível, mas com proposta viável para receber o déficit. A senhora Jéssica Freire pontuou que a dívida é informada ao Ministério da Previdência e que nos acordos deve-se observar as normas do próprio Ministério, considerando a realidade, limites estabelecidos, dentro de uma linearidade, com negociação e flexibilização dentro dos parâmetros. O senhor Paulo Linhares declarou que havia firmado um acordo com o Legislativo de parcelamento da dívida, que não foi cumprido. Acrescentou ainda que o Poder Executivo não havia atrasado nenhum repasse, nem as dívidas parceladas. O Presidente Evandro solicitou que os documentos da notificação ao Legislativo fossem repassados ao Conselho. O conselheiro Luiz afirmou que realmente é necessário saber como o Legislativo vai pagar essa dívida. O conselheiro Emiliano concordou com as colocações anteriores e disse que, como representante sindical, se preocupa com os salários dos servidores. Já o conselheiro Juliel acrescentou que a dívida vai se prolongando e que as férias dos servidores do legislativo não foram pagas. O conselheiro João perguntou se o Presidente do Legislativo não deveria se afastar, visto que será candidato nas eleições municipais desse ano. O senhor Paulo informou que seguindo a legislação não há necessidade de afastamento da função que o Presidente ocupa. Acrescentou ainda que há um embate político entre executivo e legislativo, que é necessária a cautela sobre esse pagamento e realizar reunião com o representante para não haver precipitação nas decisões. Doutor Rodrigo afirmou haver consolidação política, que o objetivo é defender os servidores, que não há discussão quanto à existência da dívida, que a preocupação é viabilizar a remuneração do servidor, que se evitarão discussões políticas e deverá zelar pelo patrimônio do segurado, que enquanto instituição cobrará a dívida, se reunirá, escutará as partes e não se cruzará os braços a fim de possibilitar a resolução do problema. Dando prosseguimento, o Presidente Evandro tratou sobre a viabilidade de participação de representação do Conselho no 57º Congresso de RPPS, promovido pela ABIPEM, o qual se realizará no estado do Pará, ainda no mês de junho. O senhor Rodrigo disse haver dificuldade nesse sentido, devido o período de transição, mas verificará a possibilidade. Na continuidade da reunião, o Presidente Evandro solicitou aos presentes que fossem apresentados o planejamento de estratégias e em seguida as considerações finais. Doutor Paulo agradeceu a todos pela contribuição em sua gestão. O senhor Evandro agradeceu-lhe pela contribuição nesse período. O Presidente Rodrigo solicitou que apresentassem demandas, prioridades e sugestões para dois mil e vinte e cinco. Que seria importante que isso fosse feito

com antecedência para que as prioridades fossem implementadas e aprimoradas as demandas. Que a Lei de Diretrizes Orçamentária já havia sido aprovada e irá tramitar em agosto, que é necessário o Conselho participar das discussões. O conselheiro Luiz Francelino considerou importante esse espaço para participar e apresentou preocupação quanto à ausência de concurso público para o Previ Mossoró, que até o momento não houve avanços para essa realização, que deveriam caminhar para essa perspectiva, que a reformulação do regimento está engessado na composição do Conselho, que há necessidade de avançar nesse quesito e modificar o regimento, aprovar a Lei. O conselheiro Juliel solicitou que mais pessoas fossem certificadas, que a pró-gestão estimula a certificação ou haverá impedimento para que não assumam funções quem estiver sem certificação. A conselheira Selênia Holanda solicitou que acontecesse preparação dos conselheiros para certificações através de curso realizado pelo Previ, a fim de facilitar o aprendizado para a avaliação. A senhora Pâmela Naiade afirmou que verificaria essa possibilidade. O Presidente Rodrigo Salim afirmou que não haverá divergência na gestão e reafirmou a confluência de interesses, a busca para robustecer o patrimônio Líquido, o interesse em institucionalizar e perenizar o Previ Mossoró, que cabe consolidar-se como meta através das propostas de concurso público, necessidade de sede própria para a instituição, renovação da legislação, profissionalização do Conselho, certificação para pró-gestão buscando abrir novas perspectivas para alavancar o PL. O conselheiro Luiz parabenizou Doutor Paulo Linhares e sua contribuição à Instituição, desejando sorte aos novos rumos. Deu boas vindas ao Doutor Rodrigo Salim e pontuou que se não houvesse resposta positiva quanto à dívida exposta que concordava que se entrasse com processo judicial, que se enviasse ofício solicitando reunião para que o Legislativo fosse ouvido quanto à recomposição dos conselheiros e à dívida existente, e reforçou o pedido de que tivessem posse do termo de acordo para poder cobrar. Após as discussões, os membros deliberaram sobre solicitar reunião com o Presidente da Câmara para tratar da ausência do Poder Legislativo no Conselho e que fosse indicado um substituto para a função, como também tratar sobre a dívida com o Previ. Não havendo consenso, entrar com notificação extrajudicial, para isso aguardar a entrada do duodécimo. Aguardar resposta sobre a participação no Congresso e curso para as certificações do Pró-Gestão. Nada mais havendo a tratar, Eu, Selênia Holanda Melo Macena, lavro a presente ata que será assinada por mim e demais conselheiros presentes à reunião.



Selênia Holanda Melo Macena



Evandro Pereira da Silva

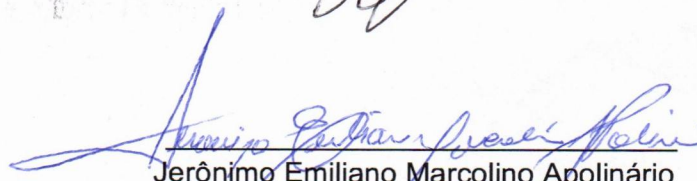


Luiz Francelino Filho



Juliel Souza da Silva

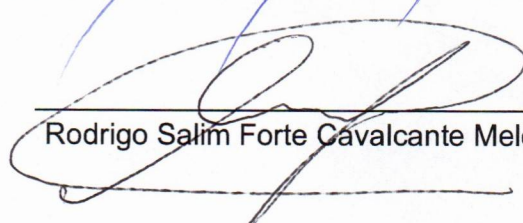
Leonardo Honorato da Costa



Jerônimo Emiliano Marcolino Apolinário



João Fernandes Costa Filho



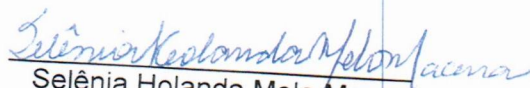
Rodrigo Salim Forte Cavalcante Melo

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE MOSSORÓ/RN
ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO PREVIDENCIÁRIO DO PREVI-MOSSORÓ

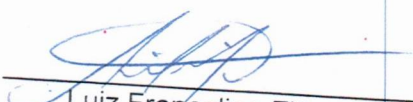
Aos três dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, com início às nove horas, na Sala de Reuniões do Conselho Previdenciário, na Sede do Previ Mossoró, sito à Rua Felipe Camarão, 2114 – Doze Anos, estiveram reunidos os membros do Conselho Previdenciário do PREVI-MOSSORÓ para deliberarem sobre a seguinte pauta: **ITEM 01** – Discussão para ajuste orçamentário do Previ; **ITEM 02** – Cobrança extrajudicial de débitos da Câmara Municipal de Mossoró (CMM); **ITEM 03** – Informes gerais. Passando para a ordem do dia, o Presidente do Conselho, Senhor Evandro Pereira Silva, iniciou a reunião agradecendo a participação de todos os Conselheiros e informando sobre a presença do representante da Câmara dos vereadores Indicado para composição do Conselho, Senhor Breno Vinícius de Góis, e ainda a assessora jurídica do PREVI-Mossoró, Senhora Evelyn Rozendo, a Diretora Administrativa e Financeira do Previ, Pâmela Naiade de Alencar Souza, o Senhor Tiago. Senhor Evandro passou a palavra para o Senhor Rodrigo Salim, Presidente da Instituição que abordou sobre a necessidade de ajuste orçamentário do Previ, em virtude de impactos sofridos na folha de servidores, como PCCRS dos servidores gerais, aumento de salários e corrida às aposentadorias, que seria necessário realizar manobras de remanejamento de orçamento. Com isso, despesas administrativas seriam diminuídas a fim de manter os compromissos. Destacou que não há problema financeiro na Instituição, mas há uma questão orçamentária que precisa ser revista. Além disso, afirmou que a elaboração da proposta orçamentária a qual será apresentada à Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) seria submetida ao Conselho, e ainda convocou o órgão para elaborar propostas para a Lei Orçamentária de dois mil e vinte e cinco que será realizada no mês de Agosto. Em relação à notificação extrajudicial direcionada à Câmara Municipal de Mossoró – CMM, Senhor Rodrigo reafirmou a existência de pendências referentes às contribuições previdenciárias patronais desde o mês de Novembro de 2023 até Abril de 2024, vencidas e não pagas que perfaz o valor de R\$535.928,64 (quinhentos e trinta e cinco mil novecentos e vinte oito reais e sessenta e quatro centavos). Que de acordo com deliberação na reunião extraordinária do mês de junho realizada com o Conselho, enviou a notificação do débito para o Presidente da Câmara, Senhor Lawrence Amorim, que ofereceu resposta da contra notificação solicitando suspensão da cobrança em razão da tramitação de projeto de lei que autoriza o parcelamento. Nesse momento, Doutor Tiago explicou que existe em trâmite, no Poder legislativo, desde maio do ano corrente, um Projeto de Lei pedindo autorização para parcelamento do débito. Que devido à pauta da Lei Orçamentária o Projeto não havia ainda sido aprovado, mas que iria ser levado no dia nove de julho para apreciação e votação em regime de urgência. Nesse sentido, o Presidente acrescentou que o Projeto de Lei é inserido na Plataforma do Ministério da Previdência com critérios para parcelamento como o PL. Que haja vista o Legislativo ter demonstrado compromisso em realizar a tramitação do PL, que se deliberasse pela suspensão da cobrança, com determinação de prazo, até que se aprove a tramitação. Em seguida, o Senhor Breno destacou que a inserção do parcelamento junto ao CADPREVI seria estabelecido em prazos razoáveis. Nisso, O Presidente enfatizou que a Instituição dispõe de ferramentas para cobranças, deixando claro que a preocupação principal é com o servidor e que busca solução a fim de evitar crise financeira. Que se houver inconsistência quanto à deliberação, convocará outra

Presidente
RECEBIDO
17.10.24
6032/20
CÂMARA

reunião para deliberarem em conjunto. Nesse instante, o Conselheiro Juliel defendeu o parcelamento e acrescentou que houvesse uma oferta de suporte técnico do PREVI para o Poder Legislativo a fim de que esse processo seja aprovado seguindo os critérios permitidos pelo Ministério da Previdência, garantindo que não haja penalidade para nenhuma das Instituições envolvidas. O conselheiro Luiz Francelino indagou sobre o período de aprovação do PL na Câmara de Vereadores, em que o Senhor Breno explicou que poderia ser em até trinta dias para dispor em pauta e aprovar o projeto. Após as discussões, os membros deliberaram sobre elaboração de proposta orçamentária para apresentar à LDO, como também a suspensão da cobrança de débitos em virtude da tramitação do Projeto de Lei na Câmara, sendo estabelecido prazo e que havendo inconsistência convocar outra reunião com o Conselho para novas deliberações. Nada mais havendo a tratar, Eu, Selênia Holanda Melo Macena, lavro a presente ata que será assinada por mim e demais conselheiros presentes à reunião.


Selênia Holanda Melo Macena

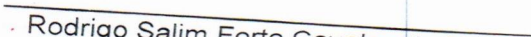

Evandro Pereira da Silva


Luiz Francelino Filho


Antonio Ayran Gurgel de Arruda


Jerônimo Emiliano Marcolino Apolinário


João Fernandes Costa Filho


Rodrigo Salim Forte Cavalcante Melo